

A classe operária tem dois sexos

Trabalho, dominação e resistência

Primeira edição, 1991

Tradução: Marco Aurélio Garcia ("Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990): o gênero das representações") e Noemia Arantes ("Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo", "Masculino e feminino na prática e nos discursos sindicais no Brasil" e "Modelo japonês e práticas brasileiras")

Esta edição obedece às normas do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Nota do editor: mantivemos, nesta edição, o padrão de referências bibliográficas da 1ª edição da obra.

Todos os direitos reservados à **Editora Fundação Perseu Abramo**
Rua Francisco Cruz, 224 - 04117-091 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 - Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br
www.fpabramo.org.br ou www.efpa.com.br



EDITORA FUNDAÇÃO
PERSEU ABRAMO

Experiências de mulheres, destinos de gênero*

Introdução

O objetivo desta comunicação é refletir sobre a experiência de três operárias, a partir de suas histórias de vida.

Utilizei aqui o conceito de *experiência* tal como definido por E. P. Thompson: “resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”¹. O conceito parece-me adequado na medida em que permite articular trajetórias e representações das operárias, quebrando a dicotomia objetividade-subjetividade, que me parece levar sempre a um impasse, tanto nas pesquisas que trabalham com histórias de vida quanto naquelas que se pretendem “objetivas” e, por conseguinte, capazes de separar a experiência real do imaginário vivido, a objetividade dos acontecimentos da subjetividade em que são vividos.

Refletindo sobre como trabalhadores e trabalhadoras “consideram e explicam as circunstâncias da sua vida” e do seu trabalho,² procu-

* Este texto é o resultado de uma pesquisa realizada entre março e julho de 1986 em São Paulo, juntamente com Robert Cabanes (ORSTOM) e Marie Agnès Chauvel. Foi apresentado na mesa-redonda internacional “Rapports sociaux de sexe: problématiques, méthodologiques, champs d’analyse” organizado pelo Atelier Production-Reproduction (APRE)/IRESCO/CNRS, em Paris, novembro de 1987, e publicado originalmente em *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, Vol. nº 1, 1989.

Agradeço à Fundação Ford e à Fapesp, que apoiaram distintos momentos deste trabalho e aos diretores e funcionários dessa empresa que se dispuseram a colaborar na pesquisa. Este texto é para Dona Luzia, “que nunca conheceu a porta de um colégio porque não teve ‘direito’”.

rei seguir as mesmas trilhas de Barrington Moore, colocando como questão articuladora da pesquisa a problemática da dominação. E se toda pesquisa, como toda narrativa, é um agenciamento,³ a construção de um olhar, coloquei-me no ângulo da experiência da dominação, através da fala de três operárias. Voluntariamente renunciei a qualquer preocupação de representatividade quantitativa ou a uma escolha de casos típicos. Estudei três experiências, três respostas ao cotidiano do trabalho, à divisão sexual do trabalho, três itinerários individuais diferentes, reorganizados em torno a dois eixos: 1) o trabalho; 2) a experiência do destino.

Como conclusão procurei estabelecer uma relação entre experiências e destino, entre as respostas dadas aos acontecimentos vividos e as representações de Luzia, Nair e Belisa sobre si mesmas, suas vidas e sobre as mulheres.

O trabalho

As três operárias cujas histórias de vida estão na origem desta reflexão: Luzia, Nair e Belisa trabalham numa indústria de autopeças,⁴ na seção de usinagem, operando tornos, furadeiras e fresas.

A partir de suas narrativas, coloquei uma primeira questão: o lugar do trabalho nas suas experiências.

Luzia, Nair e Belisa trabalharam desde muito jovens, ajudando os pais na agricultura, ou como assalariadas. Continuaram a trabalhar para poderem educar seus filhos, o que fizeram e fazem praticamente sozinhas⁵. A relação com o trabalho é não apenas permanente, mas determinante na organização de suas vidas. A análise dessas práticas sugere a distinção de dois tempos: o tempo de trabalho ligado à sobrevivência, no campo ou em casa, no cotidiano, e o tempo de trabalho assalariado, que remete a um emprego e que produz a separação entre trabalho doméstico e o emprego em termos de espaços e relações. Por outro lado, as diferentes práticas de trabalho se articulam, se superpõem e se impõem na vida dessas mulheres sem lugar para qualquer escolha. O trabalho doméstico faz parte da condição de *mulher*; o emprego faz parte da condição de *mulher pobre*.

O trabalho doméstico não é dividido com o marido ou os filhos, mas entre as mulheres da família ou a ela agregadas, estando na origem da migração das mais jovens que chegam a São Paulo para “ajudar” irmãs ou primas e por seu lado chamam as mães, irmãs e primas para ajudá-las quando nascem seus filhos.

O trabalho assalariado tampouco é fruto de uma escolha: as mulheres não aprendem uma profissão, procuram emprego através da rede familiar, dos amigos, ou simplesmente percorrendo as ruas dos bairros industriais em busca de anúncios de emprego, de informações ou eventualmente da boa vontade de algum vigia que lhes apresente a “um chefe”. A carreira, as mudanças de uma fábrica para outra, de um ramo industrial para outro, são determinadas pelas oportunidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, as trajetórias ocupacionais das três operárias são significativas:

Belisa – ajudante numa indústria plástica – numa metalúrgica – numa fábrica de bijuterias – soldadora na fábrica B. – operadora de máquinas na mesma fábrica;

Luzia – costureira numa fábrica de móveis – soldadora numa indústria de material de telecomunicações – operadora de máquinas na fábrica B. E ainda costureira em domicílio nas horas vagas e nos períodos de desemprego;

Nair – ajudante na fábrica B. há 9 anos, tendo percorrido várias seções: prensas, montagem, usinagem.

Nesses deslocamentos não há nenhuma possibilidade de “fazer carreira”. As três operárias desenvolveram habilidades, saberes práticos que tornam possível trabalhar em funções diferentes sem nunca terem formalizado suas competências. As funções ocupadas frequentemente não correspondem às funções registradas na carteira de trabalho – prática corrente na indústria brasileira. Tampouco os salários correspondem às funções. A grade de salários é variável segundo critérios de antiguidade para uma mesma função. Assim, Nair é operadora, registrada como ajudante. Belisa foi soldadora, tornou-se operadora, sempre registrada como ajudante, mas ainda ganhando o adicional de insalubridade que corresponde à função de soldadora. Luzia é operadora. São todas polivalentes – tendo trabalhado em praticamente todas as seções: montagem, usinagem, tornos, prensas, solda, pintura. Nunca trabalharam, no entanto, na ferramentaria.

A ideia de uma profissão coloca-se para Luzia: reconhece a necessidade de um emprego fixo numa empresa, mas preferiria ser costureira. Gosta de bordar e pensa instalar-se por conta própria depois da aposentadoria. Enquanto isso, compra, experimenta, vende máquinas de costurar e quando possível costura em domicílio.

Nair e Belisa nunca tiveram uma profissão. Belisa fez o primeiro ciclo da escola secundária e examinou a possibilidade de fazer um curso

de datilografia, mas se dá conta de que seus estudos são insuficientes para chegar a uma situação razoável num escritório e que, finalmente, na produção ganha mais do que uma simples datilógrafa. Elabora rapidamente uma economia de suas possibilidades e necessidades para chegar à conclusão de que para ela só um emprego melhor remunerado seria interessante, tendo em vista suas obrigações familiares. Tem uma avaliação prática de suas possibilidades e de seus conhecimentos, o que a faz excluir do campo do possível seu sonho de se tornar jornalista⁶.

Nair só pode comparar o trabalho agrícola que fez e o trabalho nas diferentes seções da mesma fábrica. Dessa comparação conclui que já não pode suportar o trabalho no campo e afasta-o de seu universo possível.

Mas os projetos de carreira não existem para essas três mulheres. A possibilidade de escolher o seu trabalho depende de alcançar uma situação em que estejam garantidas as necessidades mínimas (a aposentadoria para Luzia); ou a carreira permanece um sonho (Belisa) ou está completamente ausente dos projetos (Nair). As três mulheres têm, no entanto, uma opinião muito precisa sobre o trabalho que fazem na fábrica.

Vejam, em primeiro lugar, o que concerne à relação com as máquinas, muito presente nas falas das operárias e claramente associada a um sentimento de competência, de eficácia, de polivalência e mesmo de um relativo controle do tempo de trabalho de cada uma. A relação com as máquinas começa por uma preferência pelas máquinas, em oposição ao trabalho “manual” de montagem, considerado *monótono*. A montagem é talvez mais desvalorizada porque executada exclusivamente pelas mulheres, enquanto nas máquinas trabalham homens e mulheres. Também o conhecimento das máquinas implica um saber prático, uma habilidade, um conhecimento adquirido. Daí a satisfação que proporciona, em oposição à monotonia da montagem de pequenos elementos, onde a habilidade parece natural e não um conhecimento que se adquire, onde não se *controla* uma máquina.

Luzia declara que gosta das máquinas,⁷ especialmente dos tornos, porque são violentos, perigosos e permitem “terminar rapidamente o trabalho”, porque se produz a cada vez uma, duas, três mil peças. Ela as opõe às furadeiras, lentas e monótonas, “em que o trabalho não rende porque é preciso fazer catorze, quinze mil peças de cada vez”. E preciso distinguir aqui, de um lado, a ilusão da velocidade relacionada com a quantidade de peças que é preciso fazer durante a jornada. Mesmo sem variar a jornada de trabalho, uma quantidade de peças por fazer prolonga a sensação do tempo e a monotonia. Por outro lado, há também um sentimento de satisfação relacionado com o *domínio* da máquina e

o controle do torno, considerado mais importante. A mesma satisfação aparece na fala de Nair, que prefere as grandes prensas “porque são práticas e rápidas, ajudam” mesmo sendo perigosas.

É preciso considerar que as representações da divisão sexual do trabalho presentes nas falas de Luzia, Nair e Belisa estão provavelmente marcadas pelo fato de que as três fazem tarefas que também os homens fazem. Elas não veem diferença entre homens e mulheres no que diz respeito às capacidades de cada um(a). Acreditam que as mulheres são capazes de fazer o que fazem os homens “quando querem”. Nair diz: “aqui as mulheres fazem tudo, já vi mulheres em todas as máquinas, salvo no torno maior”. Se as disposições biológicas não parecem inquestionáveis, as disposições “da vontade” parecem ser mais importantes: os homens seriam (e são) capazes de operar as furadeiras e fresas, à condição de “quererem trabalhar nelas”. Os argumentos não são naturalizados, a divisão sexual do trabalho é percebida como uma construção histórica e como uma relação de *submissão-resistência*. Os homens não trabalham em algumas máquinas porque não gostam, por trabalharem mal são considerados incompetentes para operá-las. As mulheres também podem trabalhar em qualquer máquina, desde que queiram. Essa visão da divisão sexual do trabalho tem certamente a ver com a história local da empresa, onde o caráter informal e não planejado da gestão parece ter favorecido a intercambialidade das tarefas entre operários e operárias, mesmo se as mudanças nos padrões da divisão sexual do trabalho — que exclui as mulheres das grandes prensas e lhes reserva o trabalho nas furadeiras, e fresas — foram datadas e provisórias. Através das diferentes narrativas, as modificações nos padrões tradicionais foram assinaladas. As mulheres efetivamente trabalharam nas grandes prensas ao lado dos homens, na solda, na pintura e decapagem — o que já não fazem mais de maneira sistemática (há, no entanto, uma mulher que permaneceu na seção de pintura fazendo o trabalho mais artesanal). Os argumentos que justificam a volta aos modelos tradicionais remetem a várias ordens de questões:

1. Na fala das chefias, o trabalho nas prensas é considerado muito perigoso e pode provocar mutilações que são duplamente dolorosas para as mulheres, na medida em que os defeitos físicos prejudicam não apenas sua capacidade para o trabalho, mas afetam sua aparência física, o que para as mulheres é muito importante. As operárias, de seu lado, não falaram em medo de acidentes, enquanto os contramestres e supervisores mencionavam frequentemente reações nervosas das mulheres que não podiam mais ouvir

o ruído das prensas depois de terem sofrido algum acidente. Para as operárias, a decisão de não mais empregar mulheres na estampanaria era atribuída a uma política de gestão da diretoria de ordem não humanitária;

2. As mudanças na divisão sexual do trabalho nas outras seções de solda, decapagem, pintura eram atribuídas às pressões sindicais, na medida em que o trabalho nessas seções é considerado insalubre. Essa era uma versão das operárias e seus chefes. No entanto, na fala de um contramestre da seção de solda era visível sua insatisfação face à performance de algumas mulheres que iam com demasiada frequência aos banheiros, ficavam lá muito tempo conversando etc. Essa insatisfação poderia estar perfeitamente na origem da transferência das mulheres, pois a insalubridade não expulsara algumas mulheres da seção de decapagem nem da pintura. Por outro lado, a presença do sindicato na fábrica inexistia e sabia-se que as tentativas de reforçar a militância sindical haviam sido controladas pela direção e os ativistas afastados. A CIPA⁸ não tinha nenhuma autonomia, seus membros não dispunham de tempo para exercer fiscalização e, segundo algumas falas mais ousadas, “não faziam nada”. O argumento da insalubridade para justificar o afastamento das mulheres parecia ser mais um pretexto para decisões que remetiam às relações entre chefias e operárias;
3. O trabalho das mulheres nas seções masculinas pode também ser explicado por fatores conjunturais: a expansão do emprego industrial em São Paulo⁹ e a escassez de mão de obra no período do *boom* industrial em São Paulo. Esse fator se articula ao de uma cultura de empresa em que a informalidade do recrutamento, das relações e organização do trabalho privilegia o recrutamento através de redes familiares e arranjos pessoais na formação das seções e uma improvisação generalizada, para a qual contribuía a ausência de formação profissional entre as chefias.

Os vários argumentos parecem reforçar a hipótese da sexualidade das relações de trabalho e da articulação trabalho-gênero nas situações que vivem operários e operárias na fábrica. As tarefas e as ferramentas não são vistas como sexualizadas. Mas os cargos, estes sim o são. Mesmo quando as três mulheres insistem no fato de que elas são capazes de fazer tudo o que fazem os homens e observam que estes não são muito hábeis para determinadas tarefas, elas explicam que os homens

não querem aprender justamente porque se trata de tarefas penosas. Os homens podem recusar alguns constrangimentos. Homens e mulheres podem resistir quando querem. A resistência masculina é descrita como uma afirmação de poder, a das mulheres como negligência, irresponsabilidade, falta de interesse.

Na fala das mulheres, as relações com os homens aparecem marcadas pela diferença ou pela distância hierárquica. As duas atitudes favorecem uma relação de respeito, enquanto as relações entre as mulheres se estabelecem em situações de promiscuidade, de igualdade, mas também de competição, favorecendo os ciúmes, as “fococas”. As falas insistem em que as mulheres “não se respeitam”, quando uma trabalha melhor é criticada pelas companheiras por estar querendo “agradar”. As mulheres são extremamente divididas entre elas. Assim, as três operárias não gostariam de ter uma chefe mulher, mesmo uma delas tendo uma irmã, que é contramestre. Também afirmam preferir as seções com maioria de homens e acreditam que os chefes homens são mais compreensivos com as mulheres, “mais respeitosos”.

Observando os movimentos na seção em que Belisa, Nair e Luzia trabalham e analisando seus itinerários pessoais, talvez seja necessário salientar o papel das relações de negociação entre homens e mulheres nas relações de gênero. As mulheres negociam pequenas vantagens a partir de uma situação de inferioridade, os homens desempenham um papel de superiores. Na medida em que “se viram”, Luzia, Nair e Belisa negociam a partir de uma situação que as distingue das outras mulheres. A hierarquia que aceitam é negociada, trata-se de uma hierarquia sexualizada, logo submetida a regras próprias de negociação. A superioridade dos homens é considerada inevitável. A superioridade das mulheres não é a regra, logo pode ser recusada. Tratar-se-ia de uma dupla negação, de uma *recusa do recusado*?¹⁰ A hipótese me parece válida desde que articulada com a experiência dessas mulheres, como resposta às situações e acontecimentos que marcam as relações entre os gêneros, onde a hierarquia é clara e definitiva no que diz respeito às posições das mulheres face aos homens, enquanto as posições das mulheres entre si têm a falsa aparência de uma igualdade quebrada pela concorrência nas situações de trabalho, pelas diferenças de salário aleatórias, pelas pequenas vantagens cuidadosamente silenciadas e tendo que ser renegociadas sob a forma de relações pessoais. De fato, tudo se passa como se existisse uma identificação e gênero (nós, as mulheres e eles, os homens): nós somos iguais entre nós, é preciso negociar nossa singularidade numa relação com eles que são diferentes e que têm uma outra posição na

fábrica. Isso como se cada homem fosse um operário face às mulheres indistintas, que precisam negociar sua singularidade. A aceitação e o reforço da hierarquia não têm, no entanto, uma conotação de incapacidade pessoal para Luzia, Nair e Belisa, cujos itinerários têm um aspecto comum: *só podem contar consigo próprias*.

Para analisar as articulações entre os discursos sobre as práticas de trabalho e as narrativas de itinerários pessoais, destaquei alguns pontos comuns. Primeiramente as três mulheres são casadas, ou foram casadas. Mas o marido de Luzia abandonou-a 11 anos depois do casamento, deixando-a só para sustentar seus cinco filhos, grávida de mais outro; o marido de Belisa está na prisão e teve constantes problemas com a polícia; o marido de Nair “não conta”, está desempregado, bebe e não a ajuda a criar seus filhos. As três mulheres consideram-se capazes de sobreviver sós, mas compartilham um destino de mulheres construído pela família, os filhos para cuidar, enquanto os homens não parecem ter um destino, seus caminhos podem ser feitos e refeitos. Essa é a fala de Luzia. Foi escolhida por seu marido, o que era natural, pois, sendo mulher, ela deveria ser escolhida, acompanhar seu marido e liberar o tio que a criara do encargo que isso representara. O marido partiu para São Paulo e ela o acompanhou. Foi preciso trabalhar, nasceram as crianças. O marido tinha outras mulheres, era natural, ele tinha sua liberdade. O marido deixou-a, ela ficou com os filhos para criar. Na sua fala, sua vida está ligada à família, ao marido, aos filhos. A figura do marido é inevitável, faz parte do seu destino enquanto mulher.

Na elaboração dessa ideia de destino relacionada à experiência das mulheres, outros componentes são importantes, e, em particular, o trabalho doméstico. As narrativas de Luzia, Nair e Belisa remetem a uma divisão do trabalho doméstico muito rígida, enquanto trabalho das mulheres. “Meus irmãos não ajudam nunca, eles trabalham, comem e dormem” (Belisa). Os filhos de Luzia tampouco ajudam na casa. A desigualdade na divisão das tarefas é vivida como uma relação natural, que os homens podem mudar quando querem, conservando sempre a possibilidade de escolha, de decisão. Luzia acredita que um homem deveria saber preparar “pratos especiais”, “os pratos de domingo”. Assim, a escolha e a criatividade estão reservadas aos homens; às mulheres cabe a rotina.

Por outro lado, o trabalho doméstico, naturalizado e invisível, se distribui no interior da rede familiar, restrito à rede feminina em que as gerações se sucedem nas mesmas funções¹¹. A trajetória de Nair é exemplar: chegou a São Paulo para cuidar dos filhos de sua irmã, alguns

meses depois começou a trabalhar. Quando seus filhos nasceram, ela, por sua vez, chamou uma prima que mais tarde, por seu turno, começou a trabalhar numa fábrica, enquanto os filhos de Nair são agora cuidados por uma outra moça mais jovem e também migrante. Os itinerários no interior das famílias e das comunidades regionais tecem uma malha que articula os ciclos de vida familiar às gerações e às migrações. As articulações se reproduzem depois no nível do emprego, das empresas, dos espaços urbanos, criando movimentos de construção, reconstrução e desconstrução dos grupos familiares, dos grupos regionais.

A experiência do destino

Nas narrativas das três operárias há um ponto em comum que unifica suas trajetórias: a ideia do destino.

Foi o destino que casou Luzia e que a fez partir para o Sul. É o destino sob a forma da *necessidade* que está embutido tanto no trabalho doméstico como no trabalho assalariado. O trabalho, o casamento, a maternidade sucedem-se naturalizados como os ciclos da natureza. Luzia explica que foi escolhida pelo marido porque era o momento. O casamento e a maternidade ocorrem nos itinerários de Nair e Belisa confundidos à necessidade de sobreviver. E *sobreviver* significa “não pensar”. “Penso pouco, porque... para que serve pensar?”, diz Nair. “Deixei-me levar pelo trabalho, as crianças, quando pensei em mim, quando acordei, quando descobri, já era tarde”, disse Luzia. O sentimento de se abandonar diante das necessidades, de um ritmo de viver “tão rápido” (Luzia) tornou-se um *hábito*¹² identificado ao trabalho. Trabalhar é um hábito que Luzia opõe ao de estudar e que estabelece a distância entre “nós trabalha, que nós tamo acostumada a trabalhar, nós só não trabalha em qualquer serviço se nós não tiver a boa vontade, a força de vontade”, “se você não tem vontade de estudar você não consegue estudar, né? E que nem nós”.

Na fala de Luzia o trabalho é um hábito integrado a seu ser, que a define em relação aos outros, aos que estudaram, por exemplo. Ao estudo ela diz que não teve *direito* porque era mulher pobre e o tio que a criou acreditava que “mulher aprendia a ler era pra escrever pros homens”. Seu destino era trabalhar. Por outro lado, é o trabalho manual que define sua identidade de classe.¹³ Luzia fala longamente sobre nós “que faz o trabalho pesado”. Comentando as novelas de televisão, diz: “é com gentes altas. Nós não temos esse *direito*. Eles querem aquelas pessoas que entende muito de leitura, né? Entende muito de... como se diz? De música,

de essas coisa assim, né? Da vida deles mesmo. *Quer dizer que nós só entende do martelo pra trás, né? Do martelo pra frente nós não entende nada*". E, dirigindo-se aos pesquisadores, ela observa: "Com vocês eu sei que eu não posso trabalha que eu não tenho leitura. Não dá".

A identidade, o universo possível, a vida são claramente definidos a partir do trabalho manual em oposição ao estudo, ao trabalho intelectual. Restaria explorar em que medida essa representação do trabalho manual integra para as mulheres as formas do trabalho doméstico, diferenciando-se assim das representações masculinas do trabalho manual.

Mas, se por um lado, a resposta que Luzia elabora à repetição das práticas de trabalho nas suas situações de vida faz de sua experiência um destino, por outro lado, o trabalho representa também o espaço da resistência que se opõe ao aniquilamento, ao embrutecimento que ela identifica na sua vida e na vida das mulheres. Ela explica "uma mulher que não trabalha é um monte,... a pessoa que não trabalha tá amontoado. Ele não tá se explicando...". Para Luzia, "aquela pessoa que trabalha, ela tá vendo o que tá se passando, ela tá vivendo dia por dia, hora por hora, né? Quer dizer que a pessoa que não trabalha, ela só se dedica em comer, dormir, vestir e lavar alguma roupa. A mulher, né?... E nós que trabalha, nós tamo vendo o que se passa... Nós tamo sabendo que nós tamo fazendo uma coisa, um projeto pra nossa vida!"

Sua resposta à vida de trabalho, que é a sua, integra várias dimensões: em primeiro lugar, o trabalho, por ser inevitável, aparece como parte de um destino imposto, mas que pode ser dominado. Luzia viveu seu destino, dominou-o sozinha, "se virou", como repete frequentemente. Sua narrativa insiste na solidão, no fato de que só podia contar consigo mesma, uma vez que o marido a abandonou. Por outro lado, através do trabalho ela se sente "vendo o que se passa", diferente de "um monte". Reserva assim um espaço de ação e de controle sobre o destino que aparece também nos projetos que tem, nas máquinas de costura que compra e vende, nos tornos que ela gosta de dominar, *fazer* funcionar. Seu espaço de ação autônoma aparece também quando decide aceitar a separação do marido. Ela que aceitara tudo, mesmo que ele tivesse outras mulheres, só não aceitou ser a única que trabalhava, tornar-se "escrava" das outras. Assim, a experiência do destino se faz também por rupturas e resistências.

Um terceiro aspecto de sua fala sobre o trabalho reside na construção de uma identidade que associa "nós, as mulheres que trabalhamos" e "nós, as pessoas que trabalhamos", diferenciando as mulheres que não trabalham. O trabalho está aqui na raiz de uma identidade comum entre

mulheres. O trabalho não é apenas um instrumento para ganhar a vida, mas articula uma identidade de mulheres trabalhadoras.

As narrativas de Belisa e Nair, ao contrário, são unívocas e lineares. Em suas falas os projetos individuais não aparecem, apenas a experiência que não integra o valor da resistência, como se ainda não tivessem experimentado esse valor no hábito de viver, tanto na família quanto no trabalho e na comunidade imediata¹⁴.

A ideia de uma ordem imutável na fábrica como na vida, a ideia de um destino, tem a mesma origem nas práticas cotidianas e dá sentido à experiência como resposta a essas práticas que se repetem, individual e coletivamente.

As narrativas de Luzia, Belisa e Nair permanecem como falas individuais, traduzem experiências individuais, mas remetem a uma experiência coletiva¹⁵ do grupo de mulheres nos vários espaços de vida cotidiana, dentro e fora da fábrica, no trabalho doméstico e no emprego. A experiência vivida da dominação aparece nas suas falas como destino.

ANEXO: As personagens

Belisa – 27 anos, nascida em São Paulo, completou estudos de primeiro ciclo. O pai era operário numa fábrica de produtos alimentares. Casada, com dois filhos de 3 e 4 anos, vive com a mãe e cinco irmãos. O marido está na prisão.

Luzia – 42 anos, nascida no interior da Bahia. Sem pai, a mãe morreu quando ela tinha 3 anos, foi criada por um tio. Trabalhou no campo. Casou-se aos 14 anos e foi para São Paulo. Com 24 anos, cinco filhos e grávida, seu marido abandonou-a. Tem dois filhos que moram em Brasília, dos quais pouco sabe, uma filha casada em São Paulo e três filhos que vivem com ela. Nunca estudou, sabe apenas escrever o nome e ler um pouco.

Nair – 34 anos, nasceu no Piauí. Veio para São Paulo com 25 anos para cuidar dos filhos de sua irmã. Alguns meses depois empregou-se na fábrica B. como ajudante. Tem dois filhos, de 2 e 4 anos. Pediu para não falar no marido que estava desempregado, mas que começara a trabalhar como ferroviário dois dias antes. Vive com o marido, uma prima, também operária, e uma menina para cuidar das crianças. A mãe vive ainda no Piauí, onde Nair a visita às vezes. Não conheceu o pai e estudou pouco, não mais do que dois anos.

Notas

- ¹ Ver Thompson, E.P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 15.
- ² Ver Barrington Moore Jr. *Injustiça*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 9.
- ³ Ver Barthes, Roland. "Introduction à l'analyse structurale des récits." *Communications*, Paris, n° 8, 1966, p. 1-27.
- ⁴ A fábrica B., situada num bairro industrial de São Paulo, é uma empresa de porte médio, pertencendo a duas famílias de origem italiana. No momento da pesquisa, a fábrica empregava aproximadamente 700 empregados, dos quais 20% eram mulheres. A empresa familiar se desenvolvera com o milagre econômico dos anos 1970, atravessara uma crise no início dos anos 1980 e se beneficiava naquele momento de uma nova expansão. Os locais da fábrica eram bastante precários e antigos: um grande galpão abrigava várias seções, pequenos galpões agregados completavam o espaço original. No andar superior, que contornava parte do local de trabalho com um corredor aberto, estavam pequenas salas para a administração e a parte do refeitório e banheiros, num bloco fechado com vidros. Os escritórios dos técnicos estavam instalados no meio e ao final do galpão principal. A produção da fábrica centrava-se em autopeças, destinadas a algumas das principais montadoras da indústria automobilística.
- ⁵ Ver os perfis no anexo.
- ⁶ Nas três narrativas, as observações de Bourdieu sobre a estreita relação entre probabilidades objetivas e aspirações subjetivas não se revelam extremamente adequadas. Sobre isto ver Bourdieu, Pierre, *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genebra, Droz, 1972, p. 176.
- ⁷ Lembro as máquinas experimentadas pelas três operárias na fábrica B.: Luzia – tornos, furadeiras, fresas; Nair – prensas, furadeiras, fresas; Belisa – soldadeiras, furadeiras, fresas.
- ⁸ As CIPAs — espécies de comissões encarregadas de fiscalizar a segurança no trabalho — são formadas por membros indicados pelas chefias e direção (50%) e eleitos pelos trabalhadores (50%). Na empresa B. funcionava uma só CIPA com 10 representantes. Consequentemente algumas seções não estavam representadas na CJPA.
- ⁹ Ver Humphrey, John. "The growth of female employment in Brazilian manufacturing industry in the nineteen seventies", *Journal of Development Studies*, 20 (3) pp. 224-47, 1984.
- ¹⁰ Ver Bourdieu, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genebra, Droz, 1972, p. 177.

- ¹¹ Ver Chabaud-Rychter, Danielle; Fougeyrollas-Schwebel, Dominique; Sonthonnax, Françoise. *Espaces et temps du travail domestique*, Paris, Librairie des Méridiens, 1985.
- ¹² Bourdieu, Pierre. *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980, p. 88.
- ¹³ Utilizo aqui o conceito de *classe* como define Thompson, E. P., "E a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus", in *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987, p. 10 (vol. 1).
- ¹⁴ Ver Thompson, E.P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 194.
- ¹⁵ Ver Kergoat, Danièle. *Les ouvrières*, Paris, Le Sycomore, 1982 e Varikas Eeni *La révolte des dames: genèse d'une conscience féministe dans la Grèce du XIX siècle (1883-1908)*. Paris, 1986. Tese (Doutorado) defendida na Universidade de Paris VII sob a direção de Michèle Perrot.